



República de Moçambique
Autoridade Nacional
da Função Pública

ANFP

Boletim Informativo

Editado: Centro de Documentação e Informação de Moçambique - CEDIMO Periodicidade: Mensal • Maputo, Janeiro 2007• 1ª Edição• Ano II

EDITORIAL

Função Pública

O princípio da legalidade!

O começo de um novo ano é muitas vezes marcado por uma série de planos de actividades para os meses subsequentes, em qualquer área de trabalho. Os compromissos são fortificados, a responsabilização mais exigida, a competência e o profissionalismo associados ao alto sentido de responsabilidade por parte dos funcionários.

No seguimento de uma gestão estratégica e fiscalização da Administração e Função Públicas, a Autoridade Nacional da Função Pública, no desenvolvimento das suas actividades guia-se, entre outros, pelo princípio da legalidade.

Pois, a legalidade deve estar sempre presente em qualquer acção que se leve a cabo. Para tal, a obediência deste princípio implica, necessariamente, a conformidade da acção administrativa com a Lei e o Direito.

É deste modo que os órgãos e os agentes do Estado e as instituições públicas e privadas em geral prestam prontamente à ANFP, como Órgão do Estado especializado na fiscalização da Administração e Função Públicas a colaboração necessária ao eficaz desempenho das suas competências.

E a realização de estudos colectivos permite o conhecimento profundo da legislação e das normas que regem o

Actualidade

Para formação de Documentalistas e Arquivistas

ANFP e FBLP assinam Acordo de Parceria



Para avaliar reforma no Estado

Governo cria Base de Dados

Neste presente ano

ANFP com novos desafios

Autoridade Nacional da Função Pública e Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa Assinam Acordo de Parceria

Adelina Maposse

Realizou-se na cidade de Maputo no dia 05 de Janeiro do ano em curso, a cerimónia oficial da assinatura do acordo de parceria entre a ANFP representada pela sua Presidente Vitória Dias Diogo e o FBLP também representado pelo respectivo presidente Prof. Doutor Lourenço do Rosário. Na cerimónia participaram os comissários, a Directora do Centro de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO), Catarina Matsinhe, representantes do FBLP, técnicos da ANFP e do CEDIMO. A parceria tem como objectivo a conjugação de esforços para o desenvolvimento de actividades no âmbito da gestão da Documentação, Informação e Arquivo do Estado.

Alguns dos objectivos específicos da parceria têm a ver com a formação de formadores e outros funcionários do Estado para a área de gestão documental; a promoção e aplicação de normas e princípios que garantam o uso correcto das técnicas de documentação e arquivo aplicáveis à Administração Pública e a criação de bolsas de estudo, estágios e outros incentivos que beneficiem ambas as partes.

informação pelos cidadãos, constata-se a inexistência de directrizes, normas e orientações metodológicas para criar e manter acessíveis os sistemas de

modernização e eficiência da Função Pública, tendo em Outubro passado aprovado a Estratégia de Gestão de Documentos e Arquivos do Estado, que a



Presidentes do FBLP e da ANFP trocando as pastas após a assinatura do acordo

arquivos correntes, intermediários e permanentes nas instituições públicas. Como consequência desta situação muitos funcionários públicos não sabem o que devem divulgar, quando, a quem e como, optando pela posição de que tudo é confidencial ou que tudo é do domínio público. O acesso à informação e a documentação depende, assim, da vontade e iniciativa individual do funcionário.

Esta parceria enquadra-se nos esforços que o governo está a desencadear na

tir desta se irá estabelecer e desenvolver os sistemas de Documentação e Arquivos do Estado através da criação de uma ampla rede de Centros de Documentação e Arquivos correntes nas instituições da Administração Pública, assegurando assim a guarda e o acesso à documentação mantida em arquivos intermédios e permanentes.



Biblioteca do CEDIMO

FICHA TÉCNICA

Propriedade

Autoridade Nacional da Função Pública
Rádio Moçambique, nº112

Contacto

Tel. 258-21-310254 Fax: 258 21-311246
E-mail: mac@gov.net.mz

Direcção: Catarina Matsinhe
Editor: CEDIMO
Revisão: Adelina Sete Maposse e Humberto Pereira
Redacção: Adelina Maposse, Abraão Chopo, Humberto Pereira, Henrique Mandava e Manuel Meque.
Colaboração: António Mauvilo, Rufino Gujamo e E. Nhama
Impressão: Imprensa Nacional

Autoridade Nacional da Função Pública**"O Balanço de 2006 é Positivo"****-Considera, Vitória Diogo, Presidente da ANFP**Humberto Pereira

A Autoridade Nacional da Função Pública (ANFP) registou, no ano passado (2006) avanços assinaláveis, conforme informação avançada por Vitória Dias Diogo, presidente daquele órgão, num encontro com os funcionários da sua instituição por ocasião do fim do

actividade: organização e desenvolvimento da Administração Pública; Gestão estratégica dos recursos humanos do Estado; Procedimentos administrativos, documentação e arquivo do Estado; e, Fiscalização e inspecção da



Vitória Diogo, Presidente da ANFP, falando aos funcionários sobre o balanço de actividades de 2006

Dentre os grandes marcos referidos pela Presidente da Autoridade Nacional da Função Pública, figura a institucionalização da própria ANFP, a organização interna, as deslocações para as províncias, a conclusão da estratégia anti-corrupção, a dinamização das promoções e progressões na administração e função públicas, a auscultação dos funcionários sobre as NODAEC's, EGDAE e o lançamento da II fase da reforma do sector público.

No que concerne a organização interna, a ANFP tem aprovado o seu estatuto orgânico cujo sistema está estruturado de acordo com as seguintes

As deslocações para as províncias se enquadram no âmbito da governação aberta. Em todos as capitais provinciais, as equipas de trabalho puderam acompanhar de perto a situação da função pública, nomeadamente o problema da promoção e progressão dos funcionários e assistência médica e medicamentosa, considerados uns dos grandes pontos a serem materializados no presente ano.

Na área de documentação, salienta-se a aprovação, pelo Conselho de Ministros, da estratégia para a gestão de documentos e arquivos do

possibilidade das instituições do Estado encontrarem um modelo uniforme que permite uma melhor organização e funcionamento das unidades documentais e arquivísticas.

O lançamento da II fase da reforma do sector público constituiu também outro marco importante para a ANFP. Este programa traz para o funcionário público uma nova visão para o desempenho das suas actividades. A reforma em curso está intrinsecamente relacionada com a forma como o funcionário público se assume como servidor público.

Vitória Diogo, no final da sua intervenção, reconheceu o esforço de todos funcionários para o alcance dos resultados conseguidos ao mesmo tempo que dava nota positiva a

Ministério dos Recursos Minerais**VICE-MINISTRO visita estação sismológica de Changalane**António Mauvilo

No âmbito do fortalecimento institucional, uma delegação do MIREM, chefiada pelo Vice-Ministro, Dr Abdul Razak, efectuou uma visita de trabalho à estação sismológica de Changalane com objectivo de se inteirar do estágio actual do funcionamento, pois é aqui onde se encontra instalado o equipamento para a recolha de informação Sísmica na zona sul do País.

A estação sismológica de Changalane beneficiou de apetrechamento em meios matérias modernos que permitem a recolha, registo e envio regular de informação sobre eventos sísmicos ao centro de análise e processamento de dados Sísmicos localizado na Direcção Nacional de Geologia, na cidade de Maputo.

Para além da estação, a delegação também visitou o Posto Administrativo Centro de Apoio à Criação Vulnerável, o

Criada base de dados para avaliar reformas no Estado

- **Projecto enquadra-se na fase II da reforma do sector público**

em curso no país

O governo vai criar este ano uma base de dados de nível central para monitorar e avaliar as diferentes fases de implementação da Fase II da Reforma do Sector Público, lançado no ano passado com objectivo de aprofundar as reformas iniciadas em 2001, ajustando-as às prioridades do Executivo com especial destaque para o desenvolvimento de instituições públicas.

De acordo com uma fonte da Unidade Técnica da Reforma do Sector Público (UTRESP), a base de dados a ser criada visa preparar os relatórios trimestrais e anuais de progresso e também será usada para introdução de dados e sobre os indicadores chave de desempenho definidos para os resultados e objectivos programados.

A mesma funcionará de forma independente para que este possa monitorar o seu progresso em função dos seus próprios planos de reforma.

Nos casos dos sectores que não possuem nenhum sistema montado, esta base poderá ser o embrião para a monitoria e avaliação de todas as actividades. Ela terá também a possibilidade de exportar dados com regularidade para a base de dados central consolidada, mandada na



Comissárias da ANFP, Ana Chichava, Maria Lucas e director da UTRESP, Dr. Victorino Xavier

Uma das componentes do processo de monitoria será o controlo das despesas do programa, considerando o alcance do resultado, contidos nos planos estratégicos dos sectores, províncias, distritos e municípios.

De referir que o sistema de monitoria e avaliação para o programa da reforma estará integrado no sistema do Governo, com ênfase para o Balanço do Plano Económico e Social e do PARPA (Programa de Redução e Alívio a Pobreza Absoluta).

O mesmo terá como foco os resultados a alcançar e vai permitir que se esteja em alerta sobre o cumprimento da reforma na realização do seu resultado a longo prazo - meta ou impacto que é de "desenvolver instituições públicas racionalizadas e integradas com um corpo profissional de funcionários prestando serviço de qualidade ao cidadão"; na visualização

dos previstos do programa relacionados com a reestruturação e fortalecimento dos órgãos do Estado a nível central e local melhoria dos processos de prestação de serviços e da eficiência na gestão dos recursos humanos, financeira e combate a

no acompanhamento alcance dos produtos e serviços relacionados com a melhoria de estrutura, sistemas, eficiência, liderança, capacidade do pessoal, transparência) responsabilização das organizações



UTRESP

Unidade Técnica da Reforma
do Sector Público

A COMUNICAÇÃO É A BASE PARA O SUCESSO

Função Pública**ANFP com novos desafios para 2007**

Humberto Pereira

A Presidente da Autoridade Nacional da Função Pública, Vitória Dias Diogo, anunciou em Dezembro último novos desafios para o ano em curso. As materializações destes desafios são importantes para o fortalecimento de uma Administração Pública que se pretende eficiente e eficaz. Este facto foi dado a conhecer durante o encontro que os membros da ANFP tiveram com os funcionários daquele órgão do Estado.

Dentro dos principais desafios destacam-se a avaliação por desempenho, o desenvolvimento da estratégia de combate ao HIV/SIDA, o desenvolvimento do equilíbrio de género, o desenvolvimento da estratégia do deficiente na função pública, a conclusão do estudo sobre a política salarial na função pública, a consolidação da

Para Vitória Diogo “os problemas do HIV/SIDA, o equilíbrio do género e a política do deficiente na função pública são prioridade que se devem traduzir explicitamente em acções programáticas no quadro da reforma do sector público”.

Ainda no quadro dos desafios para o presente ano, a Autoridade Nacional da Função Pública tem agendado, para os meses de Janeiro e Fevereiro, um recenseamento de raiz dos funcionários do Estado. “Esta acção vai fornecer dados sobre quantos somos, onde estamos e como estamos, permitindo deste modo a criação do cadastro único do funcionário. Este recenseamento, entre outras acções, visa a definição de uma política salarial mais justa na função pública. Contudo, a subida dos ordenados depende do aumento da

produtividade.” Sublinhou a presidente da ANFP.

Sobre a consolidação da descentralização, o enfoque vai para o incentivo. Os técnicos colocados nos distritos gozam de regalias adicionais. No caso de dois funcionários de mesma categoria e funções, tem salários diferentes, recebendo o do distrito mais em relação ao outro. O Estado atribui certas regalias aos seus funcionários.

Na área de documentação, a ANFP vai assegurar uma gestão de documentos do Estado mais racional. Vai-se garantir o funcionamento das instituições dentro da normalidade. Os prazos na tramitação de documentos passarão a ser respeitados.

“ O funcionário a servir cada vez melhor ao Cidadão ”

ANFP e Conselho Constitucional estabelecem Parcerias

A Autoridade Nacional da Função Pública e o Conselho Constitucional reuniram-se no passado mês de Dezembro em Maputo com o objectivo de criar uma relação inter-institucional que promova a normação das actividades da administração Pública com respeito à constituição da República cujo o guardião é o Conselho Constitucional. No encontro participaram os presidentes dos dois órgãos, nomeadamente Vitória Dias Diogo e Rui Baltazar. Também estiveram

dos os Comissários da ANFP e o corpo de juizes - conselheiros.

Falando no encontro, a presidente da ANFP, Vitória Dias Diogo, explicou que a criação da instituição que dirige integrada na implementação da I Fase da reforma do sector público, representa um esforço na criação de uma Administração Pública atenta à agenda nacional, no que tange ao combate à pobreza absoluta, privilegiando a capacitação

tação para resultados que respondam aos desafios de desenvolvimento, assim como o resgate da dignidade e valorização que os servidores públicos merecem.

Na ocasião, o presidente do Conselho Constitucional, Rui Baltazar, manifestou a disponibilidade da instituição para apoiar as actividades da ANFP, principalmente na criação de dispositivos normativos, fundados no estrito respeito à Constituição da República.

A reunião enquadra-se num conjunto de encontros que a ANFP vem mantendo com os órgãos de soberania, como a Assembleia da República, a

Na província de Tete

Trabalhadores da extinta Carbomoc recebem indemnizações

António Mauvilo

Ao abrigo da decisão do Conselho de Ministros de 25 de Julho, que determina a extinção da empresa nacional de carvão – Carbomoc, E.E. uma delegação do Ministério dos Recursos Minerais, chefiada pelo Eng.º Eduardo Alexandre director da planificação e desenvolvimento, deslocou-se à província de Tete onde no dia 17 de Janeiro de 2007, onde efectuou o pagamento de todas as indemnizações aos trabalhadores que ainda mantinham vínculo laboral com a Carbomoc, de acordo com a lei laboral em vigor no país.

por despacho, criou uma comissão de liquidaria, a qual deverá proceder a liquidação total da dívida da empresa ora extinta, com base na proposta aprovada pelo Conselho de Ministros.

É de recordar que em Outubro de 2006 foi efectuado o pagamento do Pré-Aviso àquele grupo de trabalhadores.

Assim, com a presente deslocação, o MIREM regularizou a situação de cerca de 100 pensionistas os quais, com o pagamento ao INSS das contribuições em falta, passarão para o sistema de reformas do INSS.

em prol do desenvolvimento.

De acordo com o documento em referência, Moçambique deverá formar até 2025 cerca de 6500 mestros e doutorados nas mais diversas áreas de conhecimento, tendo em consideração as áreas definidas na Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique como sendo prioritárias para o desenvolvimento do país, nomeadamente, Educação, Agricultura, Saúde, Energia, Ciências Marinhas e Pescas, Construção, Água, Recursos Minerais; Ciências Sociais e Humanas; Cultura, Equidade e Género, HIV/SIDA, Sustentabilidade ambiental e Etnobotânica.

Para atingir a meta acima referida, o Governo elaborou um plano de formação em níveis de pós-graduação no país e no exterior. Para a operacionalização deste plano o Governo já está a trabalhar com os parceiros de cooperação a nível nacional e internacional, incluindo governos, instituições de ensino superior e de investigação assim como empresas dos mais diferentes ramos de actividade e ONG's.

O Plano Estratégico de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos para a área de Ciência e Tecnologia vai permitir que os cientistas moçambicanos, através do conhecimento contribuam mais para a realização dos grandes desafios que são o combate a pobreza

Para a área de Ciência e Tecnologia

Moçambique tem Plano Estratégico de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos

Rufino Gujamo

OGoverno aprovou na sua 6ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, em Março de 2006, o Plano Estratégico de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos para a área de Ciência e Tecnologia (PDRHCT). Com a aprovação deste instrumento, o Governo pretende assegurar a formação de capital humano cada vez mais qualificado no sector da ciência e tecnologia de modo que

contribuir para o desenvolvimento do país.

O plano em alusão prevê a formação de recursos humanos moçambicanos nos níveis de mestrado e doutoramento. Segundo o Governo, a formação de cientistas com níveis de pós-graduação poderá contribuir significativamente para a melhoria cada vez maior da qualidade de investigação que se pretende e se

Memória institucional por salvaguardar

Manuel Meque

A situação em que se encontra a área de documentação e arquivos do Estado no país não é das melhores e requer uma intervenção imediata para inverter o actual cenário, pois, se existem normas, estas não têm sido seguidas

da memória institucional assim como os grandes feitos na Administração Pública nesta Segunda Fase da Reforma do Sector Público.

De entre as várias acções realizadas com vista a preservação da memória



Imagem da situação real dos arquivos em muitas instituições do Estado

O CEDIMO conforme suas atribuições tem vindo a envidar esforços para cumprir sua missão e ocupar o seu espaço, na perspectiva de disseminar os projectos do Estado em relação a

institucional, destaque vai para o diagnóstico da situação dos arquivos em Moçambique, elaboração e submissão para aprovação da Estratégia para a Gestão de

Também procedeu-se a elaboração e debate do Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade, a elaboração do Sistema Nacional de Arquivos (SNAE), a ser submetido ao Conselho de Ministros para aprovação, bem como, a assinatura recente do Acordo de Parceria entre a Autoridade Nacional da Função Pública e o Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa.

Todos os esforços estão virados para dotar esta área estratégica com instrumentos adequados numa altura em que grande parte do património arquivístico se encontra num estado de conservação deplorable.

Contudo, queremos que este apelo seja um catalizador para chamar atenção a todas as instituições da Administração Pública de modo que se ponha mão na consciência de cada uma das instituições, numa acção de sensibilização por forma a que a sociedade assuma que este património faz parte da sua história.

É chegado o momento para agir e não para pensar em agir, porque é necessário salvar a memória institucional

IMPACTO DOS 7.000.000,00MT

Fomento Pecuário e Abastecimento de Água

O Governo Distrital de Inharrime procedeu, no mês de Dezembro, a distribuição de 182 cabeças bovinas para fomento pecuário e tracção animal por forma a permitir que os beneficiários aumentem a produtividade garantindo assim a segurança alimentar e nutricional.

As cabeças foram adquiridas no âmbito

para 2006 e beneficiaram a 11 Associações de produção agrícola e 80 famílias de agricultura das 5 Localidades do Distrito mediante o pagamento de taxa de comparticipação de 3.000,00MT, cada criador recebeu 2 fêmeas devendo devolver igual número de crias no prazo de 5 anos para que o fomento seja contínuo.

Ainda no mesmo mês e no âmbito de aplicação do fundo acima referido, o Governo Distrital priorizou e reabilitou parcialmente o Pequeno Sistema de Abastecimento de Água da Vila Sede que vai fornecer água potável a 3.198 famílias.

Secretária Distrital – Inharrime

No distrito de Boane**Palestra sobre Gripe das Aves reúne Cooperativistas**

Emilina Nhama

Uma Palestra subordinada ao tema Gripe das Aves foi levada a cabo, no distrito de Boane, por uma equipa multi-sectorial da Direcção Nacional da Extensão Agrária (sector Pecuário), do Instituto de Comunicação Social, técnico rural de pecuária e um extensionista local.

Dentre vários pontos abordados na palestra, destacam-se as características, o modo de propagação, e as medidas de prevenção.

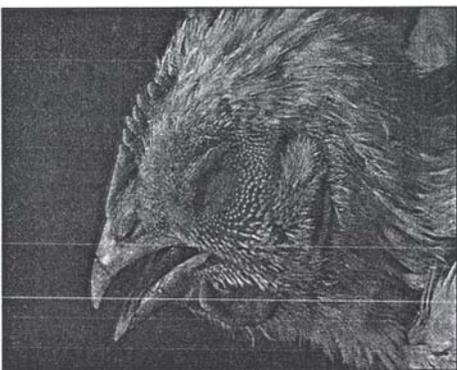
A Palestra que teve lugar nas instalações da cooperativa 25 de Setembro, contou com a presença de 14 cooperativistas.

Para os participantes, a matéria abordada é de extrema importância visto tratar-se de um assunto que para além dos animais também poder atingir ao homem.

Esta palestra enquadra-se no âmbito da disseminação da informação sobre a gripe aviária.

O que é gripe das aves?

É uma doença contagiosa das aves. Geralmente mortal causada por um vírus caracterizada por cor azulada da crista e dos barbilhões, inchaço da cabeça, conjuntivite e menos frequentemente diarreia e sinais nervosos. Os ovos podem parecer com casca mole ou sem casca.

**Como é que a doença se transmite?**

- Através do contacto directo ou indirecto com aves migratórias, como patos selvagens, que são portadores naturais do vírus e são os mais resistentes à doença;
- Através do contacto directo com secreções de aves infectadas, especialmente fezes ou indirectamente através do equipamento, veículos, alimentos, caixas, roupa e outro material contaminado.
- Este vírus pode sobreviver por muito tempo no ambiente com matéria orgânica (sujo) e a temperaturas baixas.
- É por isso muito perigoso!

Caso suspeite da doença o que deve fazer?

- Contactar imediatamente o extensionista ou promotor!
- Não contactar com as aves suspeitas ou com as fezes delas!

A doença afecta homens?

Sim! Esta doença afecta as pessoas. Na Ásia já adoeceram mais de 130 pessoas e 67 morreram (51,5%). A doença no homem é como uma gripe com febre, dores na garganta, tosse, dificuldades respiratórias e pneumonia.

INFORMAÇÃO**CARO FUNCIONÁRIO**

Foi lançado em Outubro de 2006, a Fase II da Reforma do Sector Público com o lema “o funcionário a servir cada vez melhor ao cidadão”, neste âmbito, o Centro de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO) divulga as minutas para a solicitação dum serviço em diversos sectores do Estado.

Com esta iniciativa o CEDIMO pretende facilitar a vida do cidadão que procura os serviços públicos.

As minutas encontram-se no seguinte endereço electrónico: portaldogoverno.gov.mz

A Reforma deve fazer diferença na vida do cidadão.

Caro Funcionário:**Combate a Pobreza, evitando o Sida**